

TÊXTIL RENAUXVIEW S.A.

CNPJ/MF: 82.982.075/0001-80

NIRE: 4230000949-1

Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

Valores expressos em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia atua preponderantemente no ramo têxtil, principalmente na produção de fios de algodão para consumo próprio e tecidos de algodão. Suas ações são negociadas na Bovespa sob os códigos TXRX3 e TXRX4. Está sediada na cidade de Brusque-SC na Rua do Centenário nº 201.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB, também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são:

3.1. Principais práticas contábeis

a) Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Os custos dos produtos vendidos compreendem os custos com matérias-primas, embalagens, mão-de-obra direta e indireta de fabricação dos produtos e gastos gerais de fabricação.

b) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, obsolescência dos estoques e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a premissas utilizadas inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

c) Ativos circulante e não circulante

Ü Caixa e equivalentes de caixa:

- i) **Caixa e bancos conta corrente:** incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor;
- ii) **Aplicações financeiras:** estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, e referem-se a aplicações em renda fixa.

Ü **Contas a receber de clientes:** são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante suficiente pela administração para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos. A empresa ajustou a valor presente (AVP), para os anos de 2011 e 2010, os valores a receber de curto e longo prazo de clientes, considerados relevantes, com base na taxa CDI, a partir da data da operação.

Ü **Estoques:** estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, o qual não supera o valor de mercado. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui as despesas gerais de fabricação.

Ü **Investimentos:** os investimentos em controlada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Ü **Imobilizado:** É demonstrado ao custo de aquisição ou fabricação, menos depreciações acumuladas, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e reavaliados. As depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo de aquisição ou fabricação corrigido, e reavaliações levando-se em consideração a estimativa da Administração para a vida útil de cada bem e o valor residual do mesmo. O imobilizado está líquido de créditos de ICMS, PIS e COFINS e o seu valor registrado em impostos a recuperar, com amortização conforme previsto pela legislação.

Imobilizado - Valor Recuperável de Ativos: Caso existam evidências claras de que os ativos estão registrados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização, por meio da constituição de provisão para perdas. Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “impairment” em observância ao CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável do Ativo.

Imobilizado - custo atribuído (*deemed cost*): A Companhia em 2010 adotou o custo atribuído em observância a interpretação ICPC – 10 Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.

Ü **Demais ativos circulantes e não circulantes:** são apresentados pelo valor líquido de realização.

d) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal constituída como resultado de em evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

f) Impostos ativos diferidos

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, e levam em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis.

g) Empréstimos e financiamentos

São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros apropriados até a data dos balanços.

h) Obrigações com pessoas ligadas

As obrigações com pessoas ligadas referem-se a contratos de mútuo e créditos cedidos por terceiros e são avaliadas pelos valores originais de cada transação, acrescidos de juros contratuais.

i) Redução ao valor recuperável dos demais ativos

A Companhia efetuou os testes de recuperabilidade, conforme previstos na legislação, e conclui não ser necessário qualquer ajuste com este fim.

j) Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou operações exclusivamente com instrumentos financeiros não-derivativos, os quais incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, e outras dívidas. Os instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data do balanço, os quais contemplam os custos de transação e rendimentos diretamente atribuíveis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Caixa	22	11	22	11
Bancos conta movimento	75	183	147	437
Aplicações financeiras	444	1.011	653	5.174
TOTAL	541	1.205	822	5.622

Os valores classificados em aplicações financeiras referem-se a fundos de renda fixa, que tem como benchmark superar o CDI.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Cientes	31.359	25.878	31.377	25.883
(-) Adiantamento de clientes	(175)	(421)	(175)	(421)
(-) Provisão para devedores duvidosos	(8.453)	(4.615)	(8.453)	(4.615)
(-) Ajuste a valor presente	(280)	(236)	(280)	(236)
TOTAL	22.451	20.606	22.469	20.611

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Produtos acabados	14.946	9.447	14.946	9.447
Produtos em elaboração	8.379	5.232	8.379	5.232
Materiais diretos	14.940	12.863	14.940	12.863
Materiais de consumo	2.618	2.003	2.618	2.003
Importação em Andamento	2.674	3.516	2.674	3.516
TOTAL	43.557	33.061	43.557	33.061

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Circulante			
	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
IPi	67	123	67	123
ICMS	1.129	831	1.162	864
PIS/COFINS	1.123	87	1.124	105
IRRF	12	6	12	6
IRPJ/CSLL	1.553	-	1.624	42
TOTAL	3.884	1.047	3.989	1.140

	Não Circulante	
	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
COFINS (multa parcelamento)	698	674
PIS/COFINS	1.575	1.595
ICMS	1.239	1.191
TOTAL	3.512	3.460

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

<u>a) Ativo</u>	Controladora e Consolidado	
	Não Circulante	
	2011	2010
Processos trabalhistas	793	838
SAT	-	4
SEBRAE	-	178
FGTS	369	369
UNIMED	-	796
CELESC	363	363
TOTAL	1.525	2.548

<u>b) Passivo</u>	Controladora e Consolidado	
	Não Circulante	
	2011	2010
Processos trabalhistas	680	686
SAT	-	4
SEBRAE	-	178
FGTS	369	369
UNIMED	-	796
CELESC	363	363
TOTAL	1.412	2.396

9. IMPOSTOS DIFERIDOS.

A Companhia mantém créditos fiscais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido constituídos sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, respectivamente, os quais foram constituídos e apurados de conformidade com o Pronunciamento do IBRACON, aprovado pela Deliberação nº 273 de 27 de agosto de 1998, e Instrução nº 371 de 27 de junho de 2002 da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

	Controladora	
	2011	2010
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	19.984	20.307
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	7.194	7.311
TOTAL	27.178	27.618

O crédito reconhecido na controladora é de montante idêntico do imposto de renda e contribuição social que se encontra provisionado no passivo não circulante. Em 2011 foi baixado o montante de R\$ 440.

10. ATIVOS NÃO OPERACIONAIS – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

RENAUXVIEW

Ao final do ano de 2011 a Companhia decidiu reduzir as atividades do setor de fiação, para que a produção de fios atendesse somente o consumo próprio. Como consequência desta decisão foram transferidos do ativo imobilizado para o realizável a longo prazo o montante de R\$ 8.076 mil referente a máquinas e equipamentos do setor de fiação. Todas as máquinas desativadas em função desta decisão, não estão sendo mais depreciadas e estão contabilizadas no ativo realizável a longo prazo, a espera de uma decisão da administração, com relação a alienação e/ou reutilização das mesmas.

11. EMPRESA CONTROLADA

a) Participação em controlada

	Quantidade de Cotas Possuídas		Porcentagem de Participação		No Patrimônio Líquido		Participação no Resultado	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Renauxview Ltda	226.999	226.999	99,98	99,98	4	30	(25)	(126)

b) Saldos e transações em controlada

As demonstrações contábeis incluem os seguintes saldos e transações com empresa controlada:

	Direitos		Obrigações	
	2011	2010	2011	2010
Renauxview Ltda	1.130	5.350	18	5

	Receitas		Despesas	
	2011	2010	2011	2010
Renauxview Ltda			240	60

As transações com a Renauxview Ltda referem-se a prestação de serviços a preço e em condições de mercado que lhe permitam adequada rentabilidade.

12. IMOBILIZADO

A Companhia procede a avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09 e atendendo a Deliberação nº 583 de 31 de julho de 2009 e Deliberação nº 619 de 22 de dezembro de 2009 da CVM que aprovaram os CPC 27 e ICPC 10. Para determinar a estimativa de vida útil do ativo imobilizado e valor residual, os técnicos da Companhia analisaram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica e a experiência da Companhia com seus ativos.

	Controladora			Consolidado		
	2011		2010	2011	2010	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos	54.027	-	54.027	54.027	56.077	56.077
Construções	52.668	(18.847)	33.821	33.788	33.821	33.788
Máquinas de Grande Porte	62.076	(34.112)	27.964	30.288	27.964	30.288
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	9.812	(5.126)	4.686	1.522	4.687	1.522
Veículos	868	(120)	748	279	748	309
Outras Imobilizações	985	(618)	367	220	367	222
Imobilizado em Andamento	4.346	-	4.346	642	4.346	641
Adiantamentos a Fornecedores	6.736		6.736	-	6.736	-
TOTAL	191.518	(58.823)	132.695	120.766	134.746	122.847

12.1. Movimentação do Custo Corrigido

	Controladora				
	2010	Adições	Baixas	Transferências	2011
Terrenos	54.027				54.027
Construções	51.927	92		649	52.668
Máquinas de Grande Porte	80.681	282	(5.756)	(13.131)	62.076
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	5.361	902	(54)	3.603	9.812
Veículos	537	302	(8)	37	868
Outras Imobilizações	765	229	(10)	1	985
Imobilizado em Andamento	641	16.254	(7)	(12.542)	4.346
Adiantamentos a Fornecedores	-	6.736	-	-	6.736
TOTAL	193.939	24.797	(5.835)	(21.383)	191.518

12.2. Movimentação da Depreciação Acumulada

	Controladora				
	2010	Adições	Baixas	Transferências	2011
Construções	(18.140)	(707)	-	-	(18.847)
Máquinas de Grande Porte	(50.393)	(2.807)	5.163	13.925	(34.112)
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	(3.839)	(389)	17	(915)	(5.126)
Veículos	(257)	(40)	-	177	(120)
Outras Imobilizações	(545)	(77)	4	-	(618)
TOTAL	(73.174)	(4.020)	5.184	13.187	(58.823)

12.3. Recuperabilidade dos Ativos (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “impairment”.

RENAUX VIEW

A menor unidade geradora de caixa determinada pela Companhia para avaliar a recuperação dos ativos corresponde a unidade produtiva, Tecelagem. A Administração efetuou análise detalhada do valor recuperável para cada unidade geradora de caixa pelo método do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente e comparado ao valor dos ativos.

A Companhia projeta seu fluxo de caixa vinculado ao orçamento gerencial elaborado pela administração, onde projeta um reajuste anual de 5% em seu preço de venda e uma inflação anual de 4,5% de acordo com as projeções do mercado, utilizando a média ponderada da vida útil dos bens. Para o ajuste a valor presente do resultado alcançado utiliza a taxa CDI.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia realizou o teste de recuperabilidade, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 01, não havendo necessidade de provisão para perdas por “impairment”.

13. INTANGÍVEL

	INTANGÍVEL					
	Controladora			Consolidado		
	2011			2010	2011	2010
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Direitos de Uso	900	(615)	285	316	285	316
Intalação de software em andamento	-	-	-	667	-	667
TOTAL	900	(615)	285	983	285	983

13.1. Movimentação do Custo Corrigido

	Controladora				
	2010	Adições	Baixas	Transferências	2011
Direitos de Uso	871	30	-	(1)	900
Intalação de software em andamento	667	305	(1.007)	35	-
TOTAL	1.538	335	(1.007)	34	900

13.2. Movimentação da Amortização Acumulada

	Controladora				
	2010	Adições	Baixas	Transferências	2011
Direitos de Uso	(555)	(60)	-	-	(615)
TOTAL	(555)	(60)		-	(615)

14. FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Fornecedores nacionais	10.726	7.289
Fornecedores internacionais	6.004	221
TOTAL	16.730	7.510

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Badesc - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina	12.192	11.484	-	-
Financiamento, atualizado segundo TJLP, com juros de 10,5% aa, amortização mensal do principal e juros, vencido em 25/07/2010. Garantia aval da diretoria, hipoteca de imóvel e alienação fiduciária de máquinas.				
Saldo negativo em contas correntes bancárias	72	35	-	-
BMF - Belgo Mineira Fomento Mercantil	2.340	1.643	-	-
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 2,95% a.m.				
Banco Daycoval	5.335	6.016	-	-
Empréstimos de capital de giro, com juros de CDI + 0,70%am, com vencimento em 13/02/12	4.000	2.993		
EGF juros de 6,75% aa com v encimento final em 26/07/12	1.335	3.023		
Banco Sofisa	12.156	5.070	-	-
Empréstimos de capital de giro, com juros de CDI + 0,65%am, com vencimento em 24/01/12	4.999			
Financiamento para aquisição de algodão, com juros médios de 6,75% a.a., com vencimento em 20/07/12	7.157	5.070		
BANCO BIC	2.014	6.100	-	-
Financiamento de capital de giro, com juros médios mensais de 0,8% mais CDI, vencimento final 17/02/2012	2.014			
Financiamento para aquisição de algodão, com juros médios de 6,75% a.a.		6.100		
BANCO SAFRA EGF	4.008	4.114	-	-
CCE - juros médio s de 1,5%a.m com vencimento final em 28/01/2012	4.008			
Financiamento para aquisição de algodão, com juros médios de 6,75% a.a.		4.114		
Benex Beneficiamento Têxtil Ltda	15.073	10.567		
Crédito cedido por Master Fomento Mercantil, capital de giro com juros médios mensais de 3%				
PICANOL	793	1.283	825	1.461
Financiamento de máquinas, com juros médios de 9%a.a., vecimento final em 12/10/2014				
TOTAL	53.983	46.312	825	1.461

Legendas:

BADESC – Banco de Desenvolvimento

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

CDI – Certificado Depósito Interbancário

16. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Salários	1.099	870	1.100	872
Provisão para férias	2.188	1.876	2.192	1.878
INSS (não parcelado ou notificado)	20.170	12.061	20.171	12.062
FGTS	212	186	212	186
FGTS parcelamento	90	117	90	117
Salário educação - FNDE	1.996	1.193	1.996	1.193
SESI	1.197	716	1.197	716
SEBRAE	479	286	479	286
SENAI	983	596	983	596
Parcelamento - Lei 11.941/09	1.048	909	1.048	909
Outros	24	19	25	20
TOTAL	29.486	18.829	29.493	18.835

17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
ICMS	261	365	261	365
ICMS parcelamento	2.245	2.752	2.245	2.752
ICMS importações de máquinas	550	550	550	550
ICMS - PRODEC	21.462	20.242	21.462	20.242
ICMS notificação 10007520-0	-	857	-	857
IRRF	196	185	197	185
Impostos municipais	2.410	1.812	2.410	1.812
ISS retido	10	9	10	10
PIS/COFINS	-	-	1	-
PIS/COFINS/CSLL retidos	4	4	5	4
ICMS Importações	4.450	4.150	4.450	4.150
Parcelamento - Lei 11.941/09	2.254	1.170	2.325	1.213
TOTAL	33.842	32.096	33.916	32.140

17.1. PRODEC

O valor de PRODEC reconhecido pela empresa em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 21.462 mil (2010 – R\$ 20.242 mil). Respalhada por decisão judicial que proíbe o Estado de Santa Catarina de aplicar qualquer penalidade pelo não cumprimento dos pagamentos do PRODEC, a Companhia deixou de provisionar R\$ 15.896 mil (2010 – R\$ 12.650 mil), referente aos encargos de multa e juros (diferença de taxas) pelo atraso destes pagamentos.

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da empresa, foram constituídas provisões, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais.

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2011	2010	2011	2010
Trabalhistas	-	-	49	49
Tributárias	23.277	11.105	-	-
TOTAL	23.277	11.105	49	49

18.1. PERDA POSSÍVEL

Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões contábeis, pois, estas não se constituem em perdas prováveis da Têxtil Renauxview, e estão assim distribuídas (controladora e consolidado):

	R\$
Trabalhistas	707
Tributárias	16.094
	16.801

19. EMIÇÃO DE DEBÊNTURES

Em 30 de setembro de 2004, a Assembléia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a emissão para distribuição pública em série única de 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas da espécie quirográfica, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 40.000.000 (quarenta milhões de reais).

Em 30 de novembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembléia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a oferta das debêntures em nada seria afetada caso estas não fossem subscritas e integralizadas na sua totalidade. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição.

Em 15 de dezembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembléia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a manutenção da oferta estaria condicionada à subscrição e integralização, dentro do período legal de distribuição, de no mínimo 12.000 (doze mil) debêntures, equivalentes ao montante de R\$ 12.000.000 (doze milhões de reais) considerado o valor nominal unitário na data da emissão. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição. Em 28 de dezembro de 2004 a Comissão de Valores Imobiliários – CVM concedeu o registro da operação.

As características das debêntures são:

Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00;

Vencimento final: 1º de setembro de 2010;

Atualização do valor nominal: base no IGP-M;

Pagamento do valor nominal: ocorrerá em cinco parcelas anuais conforme segue:

Parcela 1 - 1º de setembro de 2006 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 2 - 1º de setembro de 2007 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 3 - 1º de setembro de 2008 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 4 - 1º de setembro de 2009 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 5 - 1º de setembro de 2010 20% em relação ao total da emissão.

Pagamento da remuneração : semestralmente, a partir de 1º de março de 2005

Remuneração: 0,8355 % ao mês

Foram negociadas 8.303 debêntures, as quais estão registradas nesta data pelo montante de R\$ 17.682 (2010 – R\$ 17.338). A remuneração das debêntures foi paga até o mês de junho de 2006, e a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parcelas, vencidas em setembro de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 não foram quitadas.

20. OBRIGAÇÕES COM PESSOAS LIGADAS

Estão registrados no balanço, pelos valores originais acrescidos de juros contratuais, obrigações com pessoas ligadas:

	Controladora e Consolidado	
	Não Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010
Pessoas Físicas		
D&D Administradora de Bens Ltda - Bradesco	3.166	2.850
Crédito cedido por Bradesco S/A - Financiamento atualizado em CDI, mais juros de 5% aa, amortização mensal do principal e juros, vencendo-se a última parcela em 30/03/2009. Garantia notas promissórias, aval, e alienação fiduciária de máquinas.	5.008	4.272
D&D Administradora de Bens Ltda - Ônix	6.549	5.639
Crédito cedido por Ônix Companhia Securitizadora de créditos (adquirido anteriormente do Banco Sudameris S/A) - Financiamento atualizado pela variação do CDI, mais juros de 4% aa, amortização mensal do principal e juros, vencendo-se a última em 31/08/2008. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e alienação de máquinas.		
D&D Administradora de Bens Ltda - Banco do Brasil	4.115	3.684
Crédito cedido por Banco do Brasil S/A - Financiamento atualizado em 140% do CDI, amortização mensal do principal e juros, vencido a última em 10/05/2006. Garantia: aval e penhor mercantil.		
D&D Administradora de Bens Ltda - Bco Coml Uruguai	1.250	1.042
Crédito cedido por Banco Comercial do Uruguai - Financiamento pela variação do dólar Americano, mais juros de 12,5% aa, amortização mensal do principal e juros, vencendo-se a última em 30/05/2008. Garantia aval e hipoteca de imóvel.		
D&D Administradora de Bens Ltda - Nuevo Bco Coml Uruguai	11.409	9.553
Crédito cedido por Nuevo Banco Comercial - Financiamento atualizado em CDI, mais juros de 7% aa, amortização mensal do principal e juros, vencido a última em 30/11/2007. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel.		
D&D Administradora de Bens Ltda - HSBC Bank	926	737
Crédito cedido por HSBC Bank S/A - Financiamento atualizado em CDI, mais 1% juros am, amortização mensal do principal e juros vencido a última em 15/05/2006. Garantia aval e alienação fiduciária de máquinas.		
D&D Administradora de Bens Ltda - HSBC Bank	1.791	1.471
Crédito cedido por HSBC Bank S/A - Financiamento de Operação Rural (EGF), com juros de 8,75% aa. Vencido em 03/03/2006. Garantia aval da diretoria, penhor cedular de primeiro grau.		
D&D Administradora de Bens Ltda	39.334	29.240
Créditos cedidos por Bradesco S/A, Tavares Fomento Mercantil S/A, Red Factor, Banco Intermedium, DGS Factoring - Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 3 a 3,65% a m, vencidos. Garantia de duplicatas e aval.		
TOTAL	73.548	58.487

21. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito é de R\$ 8.186.220,16, divididos em 42.592.810 (quarenta e dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil, oitocentos e dez) ações, sendo 14.566.031 (quatorze milhões, quinhentos e sessenta e seis mil e trinta e uma) ordinárias e 28.026.779 (vinte e oito milhões, vinte e seis mil, setecentos e setenta e nove) preferenciais, sem valor nominal.

O valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ (2,83) e R\$ (2,49) em 31 de dezembro de 2010.

22. CUSTOS, DESPESAS E RESULTADO FINANCEIRO POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora	
	2011	2010
Pessoal (salários, benefícios e encargos)	36.217	29.457
Matérias primas e embalagens	42.082	37.378
Energia elétrica	11.901	11.415
Gastos gerais de fabricação	2.914	1.860
Depreciação e amortizações	4.080	4.309
Comissões representantes	4.355	3.217
Frete	1.707	1.449
Serviços de terceiros	3.742	2.109
Outros custos e despesas	13.072	7.474
Total	120.070	98.668
Classificados como:		
Custo dos produtos/serviços	90.397	78.670
Despesas com vendas	19.091	10.798
Gerais e administrativas	8.533	8.401
Outras despesas operacionais	2.049	799
	120.070	98.668

23. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva. Em 2011 as despesas com os administradores totalizaram R\$ 1.556 (2010 – R\$ 1.443).

24. DESPESAS COM REESTRUTURAÇÃO

Ocorreram despesas com serviços de terceiros, em função da reestruturação descrita na nota explicativa nº 28, em 2011 no montante de R\$ 217 (2010 – R\$ 242).

25. REVIGORAR III – LEI Nº 15.510/2011

Em 2011 o Governo do Estado de Santa Catarina sancionou lei que beneficiava com redução de multa e juros os contribuintes que optassem pela liquidação de débitos em atraso de ICMS.

A Companhia utilizou do benefício da referida lei, para efetuar a liquidação de parte dos valores em atraso do ICMS. O benefício desta redução resultou nos seguintes montantes, contabilizado no resultado do exercício de 2011: Juros – R\$ 2.516 mil e Multas – R\$ 1.959 mil, totalizando uma receita de R\$ 4.475 mil.

26. RESULTADO POR AÇÃO

O prejuízo básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações emitidas:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia		
Prejuízo - acionistas preferenciais	(9.947)	(12.154)
Prejuízo - acionistas ordinários	(5.169)	(6.316)
Total	(15.116)	(18.470)
Quantidade de ações preferenciais emitidas	28.027	28.027
Quantidade de ações ordinárias emitidas	14.566	14.566
Total	42.593	42.593
Resultado básico e diluído por ação (em milhares de reais)		
Ação preferencial	(0,355)	(0,434)
Ação ordinária	(0,355)	(0,434)

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<u>ATIVO</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	541	822
Investimentos em Controlada	4	-
<u>TOTAL</u>	<u>545</u>	<u>822</u>
<u>PASSIVO</u>		
Financiamentos de Curto Prazo	53.983	53.983
Financiamentos a Longo Prazo	825	825
<u>TOTAL</u>	<u>54.808</u>	<u>54.808</u>

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima correspondem substancialmente ao seu valor estimado de mercado. O investimento em controlada não possui negociação em Bolsa de Valores.

a) Derivativos financeiros

A companhia não atua nos mercados de derivativos, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos no seu balanço patrimonial.

b) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações significativas, em função dos efeitos da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras.

c) Risco de preço

A Companhia está sujeita a volatilidade dos preços dos seus produtos devido à alta entrada de produtos importados do Ásia.

d) Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia e sua controlada estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados à taxa de juros flutuantes.

28. EQUACIONAMENTO FINANCEIRO E OPERACIONAL

Continuam as medidas tendentes a equacionar o passivo que a Companhia detém e que foram assumidos pela administração que tomou posse no dia 06 de janeiro de 2.006.

As tratativas com instituições financeiras detentoras de créditos são efetuadas no sentido que a geração de caixa seja capaz de continuamente preservar o investimento em equipamentos imprescindíveis e que estavam defasados tecnologicamente.

Portanto, o processo de reestruturação das dívidas respeita o necessário reposicionamento que a empresa engendrou desde 2006 nos mercados de moda sem deixar de entender que tal posicionamento somente se faz se as tecnologias para criar os produtos estejam adequadas ao que o mercado exige.

29. PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL - PRE

No dia 05 de maio de 2.010, a Companhia protocolou no Tribunal de Justiça Estadual, na Comarca de Brusque, pedido de homologação de Plano de Recuperação Extrajudicial (PRE), que abrange os credores quirografários Celesc Distribuição S/A e os debenturistas, representados por seu agente fiduciário Planner Corretora de Valores S/A. Todos os detalhes do PRE estão divulgados no site da CVM.

Em 24 de maio de 2010, através de AGE ficou ratificado por unanimidade dos acionistas presentes o Plano de Recuperação Extrajudicial.

Os possíveis efeitos, de ativos e passivos ainda não estão totalmente quantificados pela Companhia, do Plano de Recuperação Extrajudicial nas demonstrações contábeis, e, somente serão reconhecidos pela Companhia quando da homologação em juízo do plano.

Em 14 de fevereiro de 2011, o juízo da Comarca de Brusque indeferiu a homologação do plano, sendo que a Companhia protocolou, tempestivamente, a apelação com relação ao indeferimento em 03 de março de 2011 no Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

O recurso desta apelação encontra-se ainda pendente de julgamento por parte do referido Tribunal.

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para a salvaguarda de seus ativos, com base em levantamentos especializados, considerando a natureza e grau de risco para cobrir eventuais sinistros. A cobertura de seguros abrange riscos diversos sobre edificações, maquinários, móveis e equipamentos, danos pessoais, responsabilidade civil, veículos e lucros cessantes.

31. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 22 de fevereiro de 2012, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis.

Brusque, 22 de fevereiro de 2012.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA

Presidente

HEITOR RODOLFO DE SOUZA

Conselheiro

DILNEI HEIZEN

Conselheiro

DIRETORIA:

RENAUX VIEW

ARMANDO C. HESS DE SOUZA

Presidente

MARCIO L. BERTOLDI

Diretor de Relações com Investidores

CONTADORA:

MARTA CASTELLI

CRC SC 023517/O-3